



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 16, DE 18 DE MAIO DE 2016

Altera dispositivo da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º do artigo 70 da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Itaúna passa a vigorar com a seguinte redação:

“(…)

§ 2º – *Não será considerado para cálculo de aposentadoria especial no cargo de professor nos termos deste artigo, o tempo de serviço ou de contribuição pelo exercício de cargo em comissão no âmbito municipal, estadual ou federal.*”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Itaúna/MG, 18 de maio de 2016.

Osmando Pereira da Silva
Prefeito de Itaúna

Célio Gonçalves de Freitas
Diretor Geral do IMP

Fabiano Nogueira Gonçalves
Procurador-Geral do Município



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 16/2016

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna:

A presente proposição que ora submetemos à apreciação de V. Exas. visa alterar dispositivo da Lei nº 4.175/07 que regula a comprovação do tempo de serviço público considerado como tempo de contribuição para fins de aposentadoria especial dos servidores da carreira do magistério da rede municipal de ensino.

A adequação do § 2º na forma da proposição que acompanha esta justificativa se deve ao fato de que a contagem de prazo para fins de aposentadoria na hipótese de afastamento para exercício de mandato eletivo é regramento constitucional inserto no artigo 38, IV donde se extrai que *“em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento”*

Por sua vez a contagem do período de afastamento para tratamento de saúde do servidor já é autorizada nos termos da Lei nº 3.023/195, que prescreve:

“Art. 130. São considerados como de efetivo exercício os períodos de:

(...)

II licença para tratamento de saúde;”

Assim a adequação visa também eliminar aparente conflito de normas, de forma a não gerar equívocos na interpretação e aplicação da legislação municipal, evitando demandas e custos desnecessários.

Com essa justificativa, solicitamos a aprovação do presente projeto, oportunidade em que lhes expressamos nossos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente

Osmando Pereira da Silva
Prefeito de Itaúna



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Itaúna, 24 de maio de 2016

Ofício nº 154/2016 – Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 16/2016

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa. o Projeto de Lei nº 16/2016, que “*Altera dispositivo da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007*”, para análise, deliberação e aprovação dessa Casa.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de apreço e distinta consideração.

OSMANDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito de Itaúna

EXMO. SR.

FRANCIS JOSÉ SALDANHA FRANCO

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ITAÚNA - MG